

Sanesalto
Saneamento S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias condensadas em 30
de junho de 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	7
Balanço patrimonial	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Demonstrações do valor adicionado	14
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas	15

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados(as) Senhores(as) acionistas e demais interessados:

A Sanesalto Saneamento S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, detentora do Contrato de Concessão de Tratamento de Esgoto da cidade de Salto - SP.

A empresa, vencedora do processo licitatório, além de construir e operar o sistema de tratamento de esgoto do município, realiza toda a gestão do sistema comercial e atendimento ao cliente do serviço de água e esgoto, tratando 98% do esgoto coletado no município. Além do investimento na estação de tratamento, a Sanesalto realizou todo o investimento em interceptores e estações elevatórias para coletar e transportar o esgoto para tratamento.

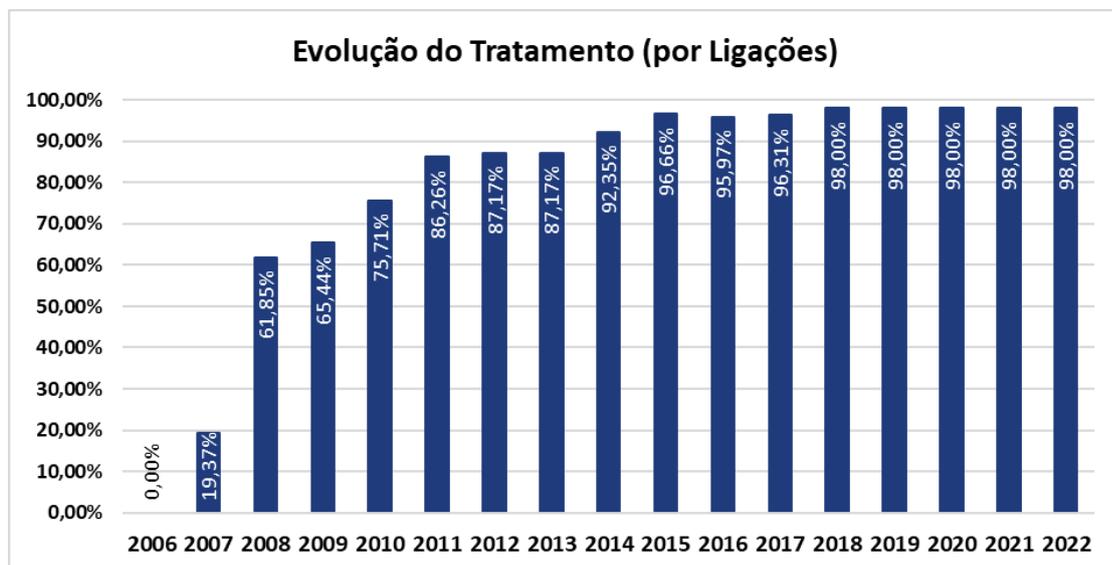
O Rio Tietê, verdadeiro patrimônio natural e cultural dos brasileiros, nasce limpo e cristalino no município de Salinópolis, Estado de São Paulo, e passa por Salto como médio Tietê.

Em seu percurso de 1.010 km até o Rio Paraná, na divisa com Mato Grosso do Sul, o Tietê percorre diversas cidades, servindo muitas vezes como um verdadeiro depósito de lixo e de efluentes: somados, o rio e seus afluentes recebem 3 bilhões de litros de esgoto por dia.

A Sanesalto investiu em uma infraestrutura de saneamento básico que respeita as águas do Rio Tietê e de seu afluente, o Rio Jundiáí. Agora, ao passar por Salto, o Tietê recebe somente esgoto tratado, representando um exemplo a ser seguido por outros municípios.



Entre os anos de 2004 e 2007, a Sanesalto implantou o sistema de tratamento de esgoto e iniciou os serviços com cobertura de 60% do Município. Entre 2007 e 2018, a Companhia expandiu os serviços até completar cobertura de tratamento na totalidade das bacias previstas em contrato.



Premiações

Em 2018, fruto das boas práticas operacionais da Companhia e como reconhecimento à evolução do tratamento de esgoto do Município de Salto, a Sanesalto recebeu o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS) 2018, outorgado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). O Prêmio é considerado o mais importante do setor na América Latina e avalia a implantação de boas práticas na gestão do saneamento.

Na categoria “As melhores em gestão no saneamento ambiental”, com seis níveis de reconhecimento, a Sanesalto venceu nesse ano, em sua primeira participação, o nível Cobre.

DESTAQUES OPERACIONAIS e FINANCEIROS

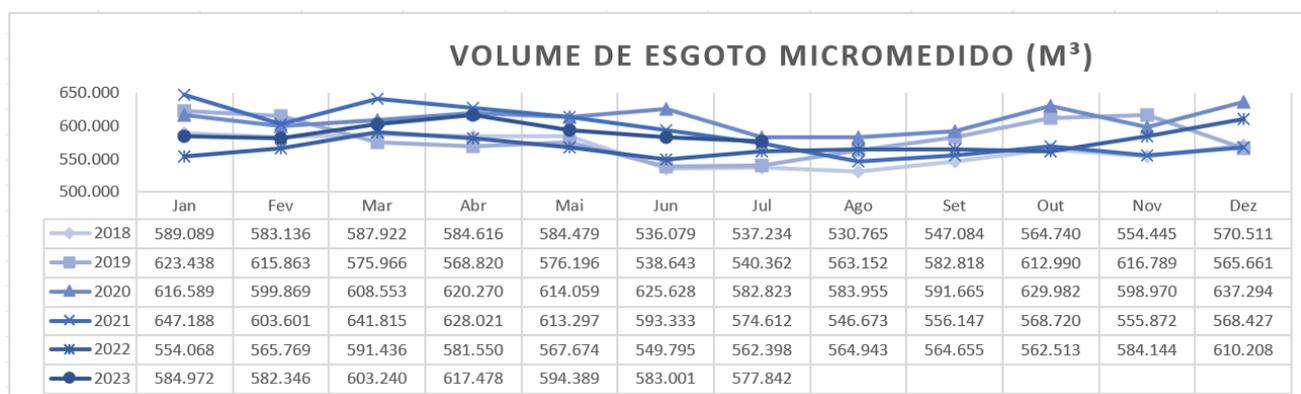
DESTAQUES OPERACIONAIS

O emprego do novo sistema comercial em agosto de 2021, em conjunto com o uso do smartphone, trouxe tecnologia embarcada para evidenciar desvios de consumo e indícios de irregularidades no processo de leitura, além de fomentar a preservação e o uso consciente da água

A Companhia observou em 2021 o crescimento de 3% em economias de esgoto, fruto da expansão no número de loteamentos e na verticalização das residências no município. O mesmo aconteceu no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 encerrando em 2,82%.

ANO	Economias de Água JANEIRO	Economias de Água DEZEMBRO	CRESCIMENTO ANUAL %
2018	45.150	47.225	4,60%
2019	47.225	50.183	6,26%
2020	50.183	51.899	3,42%
2021	52.026	53.459	2,75%
2022	53.672	55085	2,63%
2023 Jan a Jul	55.237	56.499	2,28%

ANO	Economias de Esgoto JANEIRO	Economias de Esgoto DEZEMBRO	CRESCIMENTO ANUAL %
2018	41.203	43.098	4,60%
2019	43.098	46.568	8,05%
2020	46.568	48.368	3,87%
2021	48.491	49.990	3,09%
2022	50.191	51.605	2,82%
2023 Jan a Jul	51.758	52.763	1,94%



DESEMPENHO FINANCEIRO

Os resultados obtidos pela Sanesalto no período findo em 30 de junho de 2023, assim como no mesmo período de 2022 e anos anteriores, refletem os efeitos que a administração vem realizando ao longo do tempo.

Receitas

A Receita Bruta encerrou o período findo em 30 de junho de 2023 em R\$ 18.865 contra R\$ 13.997 durante o mesmo período em 2022.

Custos

Os custos praticamente não sofreram alterações, encerrando em R\$ 4.564 no período findo em 30 de junho de 2023 comparado aos R\$ 4.294 de 31 de março de 2022.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto do período findo em 30 de junho de 2023 de R\$ 12.908 foi superior ao valor do período findo em 30 de junho de 2022 onde fechou em R\$ 8.825. Este aumento do lucro bruto deve-se ao aumento na receita de Esgoto e Serviços com os custos praticamente se mantendo em relação ao ano anterior.

Lucro Líquido do Período

O lucro líquido de R\$ 14.377 no exercício de 2017 marcou o início da reversão dos prejuízos acumulados nos períodos anteriores, que somavam (R\$ 30.775) no encerramento do exercício de 2016. Em 2018, essa tendência se confirmou e a Companhia apresentou lucro de R\$ 989 em 31 de dezembro. O mesmo aconteceu com o resultado do exercício de 2019 com lucro de R\$ 886. Em 2020 não poderia ser diferente onde a Companhia atingiu o lucro líquido de R\$ 5.866, ainda em 2020, a Administração decidiu absorver o saldo de prejuízos acumulados com a redução do capital social, no valor de R\$ 14.523.

A redução de capital para absorção dos prejuízos acumulados e a reversão do passivo a descoberto encerram o histórico do período do início da concessão e dos prejuízos acumulados. O exercício de 2021 confirma a tendência de aumento de resultados, com a redução da dívida e aumento do EBITDA da empresa, necessários para o adequado retorno do capital aos acionistas.

O período findo em 30 de junho de 2023 encerrou com lucro de R\$ 2.741.

Reiteramos o compromisso da Companhia em prover o tratamento de 100% do esgoto coletado da cidade de Salto, dentro da área de concessão, bem como o de atingir excelência operacional com viabilidade econômico-financeira dos investimentos realizados pelos debenturistas e acionistas.

CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Audidores Independentes

Em atendimento à determinação o art. 17 da Instrução CVM 162/2022, informamos que, no exercício encerrado em 30 de junho de 2023, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

A administração da Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda, para os serviços de auditoria para o período de 2023.

A remuneração dos auditores para o exercício de 2023 foi de R\$ 125.000 mil pela auditoria da Companhia.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Palhano Square Garden
Av. Ayrton Senna da Silva, 1055 - 2º andar - Salas 201 e 202
Caixa Postal 2081 - CEP: 86050-460 - Londrina/PR - Brasil
Telefone +55 (43) 3301-4250
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da
Sanesalto Saneamento S.A.
Salto – São Paulo

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Sanesalto Saneamento S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional *IAS 34 – Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 29 de março de 2023 sem modificação, e as demonstrações condensadas do resultado e do resultado abrangente do período de três e seis meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 foram anteriormente revisadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 12 de agosto de 2022, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras intermediárias condensadas tomadas em conjunto.

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 11 de agosto de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6-F-PR


João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Sanesalto Saneamento S.A.

Balço patrimonial em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	30/06/2023	31/12/2022	Passivo e patrimônio líquido	Notas	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		13.403	14.271	Circulante		14.001	14.271
Caixa e equivalentes de caixa	3			Debêntures	9		
		1.846	1.232			9.300	8.389
Contas a receber de consumidores	4	5.400	5.701	Fornecedores	8	249	1.450
Tributos a recuperar		8	9	Passivo de arrendamentos	7.2	86	84
Créditos Tributários - Partes Relacionadas	5.1	5.763	6.869	Pessoal e encargos sociais a pagar		445	350
Adiantamentos		375	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar	10	1.132	1.089
Outros ativos circulantes		11	460	Encargos tributários a pagar	10	242	243
				Impostos e contribuições parcelados	11	959	884
				Dividendos a pagar	14.4	729	729
				Demais contas a pagar	12	859	1.053
Não circulante		33.850	35.295	Não circulante		25.148	29.932
Titulos e Valores Mobiliários	3			Debêntures	9		
		3.336	2.939			23.685	28.313
Tributos diferido		342	469	Passivo de arrendamentos	7.2	7	51
Outros ativos não circulantes		21	1	Impostos e contribuições parcelados	11	556	869
				Provisões para contingências	13.1	900	699
Imobilizado		53	63	Patrimônio líquido		8.104	5.363
Intangível	6	30.025	31.717	Capital social	14.1		
						5.353	50
Direito de uso	7.1	73	106	Reserva legal	14.2	10	10
				Reserva de retenção de lucros	14.3	-	5.303
				Lucros acumulados		2.741	-
Total do ativo		47.253	49.566	Total do passivo e do patrimônio líquido		47.253	49.566

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Sanesalto Saneamento S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos findos em 30 de junho

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022
Receita operacional líquida	15	8.718	17.472	6.700	13.119
Custos dos serviços prestados	16	(2.236)	(4.564)	(2.195)	(4.294)
Lucro bruto		6.482	12.908	4.505	8.825
(Despesas)/receitas operacionais		(3.277)	(5.680)	(2.666)	(5.081)
Despesas gerais e administrativas	17	(2.701)	(4.904)	(2.454)	(4.824)
Despesas comerciais	18	(239)	(435)	(183)	(313)
Outras despesas		(337)	(341)	(29)	56
Resultado operacional antes do efeitos financeiros		3.205	7.228	1.839	3.744
Resultado financeiro	19	(1.432)	(2.963)	(1.660)	(3.168)
Despesas financeiras		(1.539)	(3.162)	(1.756)	(3.344)
Receitas financeiras		107	199	96	176
Lucro líquido antes do Imposto de renda e Contribuição social		1.773	4.265	179	576
Imposto de renda e contribuição social	22	(675)	(1.524)	(59)	(185)
Corrente		(736)	(1.577)	(65)	(202)
Diferido		61	53	6	17
Lucro líquido do período		1.098	2.741	120	391
Lucro por ação - Reais (básico e diluído)	23	0,0132	0,8093	0,0572	7,7670

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Sanesalto Saneamento S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Periodos findos em 30 de junho

(Valores expressos em milhares de Reais)

	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022
Lucro líquido do período	120	391	1.098	2.741
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	120	391	1.098	2.741

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Sanesalto Saneamento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Periodos findos em 30 de junho

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva Legal	Reservas de retenção de Lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		50	10	3.117	-	3.177
Lucro líquido do período		-	-	-	391	391
Em 30 de junho de 2022		50	10	3.117	391	3.568
Em 31 de dezembro de 2022		50	10	5.303	-	5.363
Integralização de capital social	14.1	5.303		(5.303)		-
Lucro líquido do período		-	-	-	2.741	2.741
Em 30 de junho de 2023		5.353	10	-	2.741	8.104

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Sanesalto Saneamento S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Periodos findos em 30 de junho

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2023	30/06/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do período		2.741	391
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício das atividades operacionais			
Depreciação e amortização sobre intangível, imobilizado e direito de uso		1.740	1.737
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos		-	5
Juros apropriados sobre debêntures	9.2	2.884	3.027
Juros apropriados sobre parcelamentos	19	86	104
Amortização do custo de captação sobre debêntures	19	56	56
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil	7	3	-
Provisão (reversão) de perda estimada do contas a receber	4	22	(68)
Impostos diferidos	22	(53)	(17)
Provisão de imposto de renda e contribuição social	22	1.524	(185)
Provisão da provisão para contingências	13.1	201	-
(Aumento) redução nos Ativos			
Contas à receber		279	330
Demais contas a receber e adiantamentos		54	26
Créditos tributários		1	47
Títulos de valores mobiliários		(397)	-
Aumento (redução) nos Passivos			
Fornecedores		(1.201)	293
Encargos tributários a pagar		233	164
Salários e encargos sociais a pagar		95	126
Impostos e contribuições parcelados		(324)	(410)
Demais contas à pagar		(194)	(120)
Acordos comerciais (Partes relacionadas)		-	500
		7.750	6.006
Pagamento de juros sobre debêntures	9	(2.931)	(3.015)
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamentos	7	(3)	(5)
Pagamento de principal de imposto de renda e contribuição social		(1.534)	(811)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		3.282	2.175
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(6)	(18)
Liquidação de títulos de dívidas		-	(273)
Caixa líquido (aplicado nas) das atividades de investimento		(6)	(291)
Terceiros			
Amortizações de principal sobre debêntures	9	(3.726)	(3.298)
Pagamento dos passivos de arrendamentos	7	(42)	(36)
Acionistas			
Recebimento de empréstimos entre partes relacionadas		1.106	2.034
Distribuição de dividendos		-	(1.039)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		(2.662)	(2.339)
Aumento (redução) líquido no saldo de caixa		614	(455)
Caixa e equivalentes de caixa			
Composição do Caixa Inicial		1.232	768
Composição do Caixa Final		1.846	313

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Sanesalto Saneamento S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 30 de junho

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2023	30/06/2022
Receitas	18.821	14.172
Receitas de prestação de serviços	18.842	14.005
Outros resultados	2	100
(Provisão) reversão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(23)	67
Insumos adquiridos de terceiros	(7.129)	(6.707)
Custos, materiais, energia, serviços e outros	(7.129)	(6.707)
Valor adicionado bruto	11.692	7.465
Depreciação e amortização	(1.740)	(1.737)
Valor adicionado líquido produzido	9.952	5.728
Valor adicionado recebido em transferência	199	176
Receitas financeiras	199	176
Valor adicionado total a distribuir	10.151	5.904
Distribuição do valor adicionado	10.151	5.904
Pessoal	1.223	1.064
Remuneração direta	784	696
Benefícios	376	309
FGTS	63	59
Impostos, taxas e contribuições	3.126	1.276
Federais	3.120	1.272
Estaduais	5	4
Municipais	1	1
Remuneração de capitais de terceiros	5.802	3.564
Juros	3.039	3.152
Aluguéis	22	21
Lucro líquido do exercício	2.741	391

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Sanesalto Saneamento S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima com registro categoria “B” na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), constituída em 6 de novembro de 1996. A sede está localizada na Rua Nove de Julho, 849, na cidade de Salto – SP. O objeto da Companhia é explorar, na qualidade de concessionária, a implantação e operação dos serviços públicos municipais de coleta, tratamento e destino dos esgotos sanitários do Município de Salto – SP.

1.1 Contrato de concessão

O contrato de concessão, assinado em 5 de dezembro de 1996, firmado com a Prefeitura Municipal de Salto – SP, compreende:

- (a) A implantação, operação e manutenção de uma estação de tratamento de esgoto do tipo lodo ativado, denominada E.T.E. Santa Isabel (“Santa Isabel”), situada na região do bairro Sete Quedas;
- (b) Implantação, operação e manutenção de emissários, interceptores e estações elevatórias, complementando o sistema de coleta de esgotos existente;
- (c) Leitura de hidrômetros; processamento, emissão, notificação e cobrança de contas pelos serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto.

Conforme aditamento contratual nº10, assinado em 30 de abril de 2011 o prazo de concessão se encerrará no 2º semestre de 2032.

1.2 Alteração no Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Saneamento Básico

- (a) As tarifas a serem praticadas pela Concessionária:
Com o termo de aditamento acima mencionado, os valores das tarifas serão atualizados anualmente, conforme metodologia determinada pelo Contrato de Concessão.

Dessa forma, as tarifas atualizadas e praticadas dos últimos 5 anos e até 30 de junho de 2023 são:

Período de vigência			Tarifa por m ³ de esgoto tratado	Varição nominal da tarifa
jun/17	a	mai/18	3.5690	18.58%
jun/18	a	dez/19	3.6100	1.15%
jan/20	a	dez/20	4.0000	10.80%
jan/21	a	dez/21	4.0000	0.00%
jan/22	a	jul/22	4.0000	0.00%
ago/22	a	jul/23	5.0800	27.00%

A tarifa é reajustada conforme previsão de fórmula contratual, a qual incorpora os índices IGP-M, IGP-DI, INPC e a tarifa de energia elétrica, com regulação da ARES-PCJ.

- (a) Extensão do prazo de vigência do Período de Concessão por 60 (sessenta) meses adicionais ao prazo originalmente fixado, estendendo a concessão até o 2º semestre de 2032.
- (b) Em junho de 2020, a tarifa deveria ser reajustada em 2,25%, porém, por conta da pandemia da COVID-19, a agência reguladora ARES-PCJ prorrogou o prazo de reajuste enquanto durar o período de calamidade, conforme resolução nº 348 de 23 de junho de 2020. Em agosto de 2022 a Companhia obteve os reajustes tarifários que estavam acumulados passando a tarifa de R\$ 4,00 (quatro reais) para R\$ 5,08 (cinco reais e oito centavos).

2 Apresentação das informações contábeis intermediárias condensadas

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias condensadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e evidenciam todas as informações relevantes das informações contábeis intermediárias, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de informações contábeis intermediárias condensadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias, estão divulgadas na Nota 2.4 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

As informações contábeis intermediárias condensadas de 31 de março de 2023 não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas contábeis para as demonstrações financeiras anuais, uma vez que o seu objetivo é prover uma atualização das atividades, eventos e circunstâncias significativas em relação àquelas demonstrações financeiras anuais. Desse modo, estas informações contábeis intermediárias condensadas incluem notas explicativas selecionadas e não contemplam todas as notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme facultado pelo Ofício Circular nº 03/2011, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, emitidas em 29 de março de 2023.

As informações contábeis intermediárias condensadas foram preparadas de forma consistente com as políticas contábeis divulgadas na Nota 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, já agregando as mudanças de políticas contábeis das normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022.

Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A apresentação da Demonstração do valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras intermediárias.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras intermediárias em 11 de agosto de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias condensadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Mudanças em políticas contábeis

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alteração ao CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do CPC 26. As alterações do CPC 26 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao CPC 26 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao CPC 26 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

- Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia.

3 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

Ativo circulante	30/06/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e saldos em conta corrente bancária	1.056	1.229
Aplicações financeiras de curto prazo (*)	790	3
	1.846	1.232
Ativo não circulante		
Títulos de valores mobiliários		
Aplicações financeiras (CDB) (**)	3.336	2.939
	3.336	2.939

(*) As aplicações financeiras de curto prazo são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. Em 30 de junho de 2023, referem-se a Certificados de Depósitos Bancários, com remuneração média das aplicações financeiras equivale a 100% do Certificado do Depósito Interbancário – CDI (99% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

(**) As aplicações financeiras no ativo não circulante estão cedidas em garantia à 3ª emissão de debêntures. Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários, remunerados a taxas de 101% do CDI em 30 de junho de 2023 (100% 31 de dezembro de 2022).

4 Contas a receber

4.1 Composição

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a receber faturados	4.179	4.301
Contas a receber à faturar (a)	1.426	1.583
(-) Perdas com créditos de liquidação duvidosa (b)	(205)	(183)
	<u>5.400</u>	<u>5.701</u>

- (a) A Companhia reconheceu valores de prestação serviços de tratamento de esgoto realizados e já entregues em suas contas a receber no montante de R\$ 1.426 no encerramento do período findo em 30 de junho de 2023.
- (b) As contas a receber referem-se à remuneração da concessionária sobre os serviços públicos de tratamento dos esgotos urbanos domésticos e industriais do Município de Salto, em regime de concessão. A provisão de perda estimada do contas a receber foi mensurada considerando todos os títulos vencidos há mais de 180 dias, constituída em montante pela Administração para cobrir eventuais perdas esperadas nas contas a receber de clientes. Adicionalmente, a Companhia avalia suas contas a receber periodicamente para detectar possíveis perdas, avaliando as perdas esperadas.

A movimentação nos períodos encontra-se apresentada a seguir:

Saldo da PCLD em 31/12/2022	<u>183</u>
Reversão da provisão	-
Constituição da provisão	<u>22</u>
Saldo da PCLD em 30/06/2023	<u>205</u>
Saldo da PCLD em 31/12/2021	<u>221</u>
Reversão da provisão	<u>(114)</u>
Constituição da provisão	<u>46</u>
Saldo da PCLD em 30/06/2022	<u>153</u>

4.2 Vencimento das contas a receber

Abaixo demonstramos a situação das contas a receber por vencimentos:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	2.724	2.803
A vencer - Á Faturar	1.426	1.583
Vencidos até 30 dias	819	774
Vencidos de 31 até 60 dias	297	329
Vencidos de 61 até 180 dias	134	212
Vencidos há mais de 181 dias	206	184
(-) Perdas com créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	(206)	(184)
	<u>5.400</u>	<u>5.701</u>

5 Créditos com partes relacionadas

5.1 Créditos tributários – Partes relacionadas

Em 31 de maio de 2017, a Companhia aderiu ao PRT (Programa de Regularização Tributária), conforme Medida Provisória 766, em que foi possível a amortização de parte da dívida com a utilização do seu crédito do prejuízo fiscal, adicionalmente, conforme parágrafo segundo do artigo segundo, a Companhia pôde transferir estes créditos à empresas controladas ou à controladora, de forma direta ou indireta, ou seja, empresas do mesmo grupo econômico, sem ganhos ou perdas na operação. Entretanto, em 30 de setembro de 2017, o PRT foi migrado para o PERT conforme MP nº 783, e posteriormente convertido em Lei 13.496/2017, praticamente nas mesmas condições. Os contratos foram firmados a valor de face, com vencimento para 31 de maio de 2022, onde poderiam ser amortizados antes do vencimento, sem juros ou correção monetária e, dessa forma, foram reclassificados no início do exercício de 2022 do Ativo não-circulante para Ativo Circulante. Em de 28 de outubro 2022 houve aditamento com prorrogação do prazo de vencimento para 31 de dezembro e 2023 se mantendo as demais cláusulas inalteradas, desta forma mantém-se classificado no Ativo circulante. A coligada Sanetrat liquidou seu débito em maio de 2023, assim como a coligada Águas de Itapema amortizou seu saldo em junho de 2023.

Ativo circulante	30/06/2023	31/12/2022
Créditos tributários - Controladores		
Conasa Infraestrutura S.A.	3.413	3.412
Créditos tributários - Outras Partes relacionadas		
Companhia Aguas de Itapema	2.350	2.918
Sanetrat Saneamento S/A	-	539
	2.350	3.457
	5.763	6.869

5.2 Serviços administrativos compartilhados pela Conasa

Em 30 de junho de 2023 a Companhia possui saldo a pagar no montante de R\$ 83 (R\$ 1.130 em 31 de dezembro de 2022), referente às despesas dos serviços administrativos compartilhados pela Conasa. Estão inseridos nesses serviços os valores das despesas de um modo geral necessárias para a manutenção da estrutura administrativa da Conasa, de acordo com a proporção de receitas do exercício anterior de suas coligadas e controladas, que totalizaram o montante de R\$ 2.431 em 30 de junho de 2023 (R\$ 2.445 em 30 de junho de 2022).

	Passivo (Fornecedores)	
	30/06/2023	31/12/2022
CONASA - Infraestrutura S.A.	83	1.130
	Resultado (Despesas administrativas)	
	30/06/2023	30/06/2022
CONASA - Infraestrutura S.A.	2.431	2.445

5.3 Remuneração da administração

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do período findo em 30 de junho de 2023, totalizaram R\$ 301 (R\$ 284 em 30 de junho de 2022). A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações

6 Intangível

6.1 Composição

	30/06/2023			31/12/2022		
	Custo	Amortização		Custo	Amortização	
		acumulada	Líquido		acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial	74.025	(43.478)	30.547	74.025	(41.802)	32.223
Licença de uso de software	263	(205)	58	263	(189)	74
Indenização efetiva (*)	(1.800)	1.220	(580)	(1.800)	1.220	(580)
	72.488	(42.463)	30.025	72.488	(40.771)	31.717

(*) Em 2014, para definir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a Companhia recebeu da Prefeitura de Salto o montante de R\$ 1.800 que foram pagos em 15 parcelas, conforme termo aditivo de contrato nº 10 de 2011, mencionado na nota 1.2. Estes valores estão sendo amortizados até o prazo final da concessão. Esse montante foi creditado na rubrica de intangível, apresentando assim o saldo líquido de concessão.

6.2 Movimentação

	30/06/2023		
	Contratos de concessão valor patrimonial e indenização efetiva	Licença de uso de software	Total
Custo:			
Saldo inicial	72.225	263	72.488
Adições	-	-	-
Saldo final	72.225	263	72.488
Amortização acumulada:			
Saldo inicial	(40.582)	(189)	(40.771)
Adições	(1.677)	(15)	(1.692)
Saldo final	(42.259)	(204)	(42.463)
Saldo inicial	31.643	74	31.717
Movimentações líquidas	(1.677)	(15)	(1.692)
	29.966	59	30.025

	30/06/2022		
	Contratos de concessão valor patrimonial e Indenização efetiva	Licença de uso de software	Total
Custo:			
Saldo inicial	72.225	263	72.488
Adições	-	-	-
Saldo final	72.225	263	72.488
Amortização acumulada:			
Saldo inicial	(37.228)	(160)	(37.388)
Adições	(1.677)	(15)	(1.692)
Saldo final	(38.905)	(175)	(39.080)
Saldo inicial	34.997	103	35.100
Movimentações líquidas	(1.677)	(15)	(1.692)
	33.320	88	33.408

6.3 Serviços de construção

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. Para o período findo em 30 de junho de 2023, não houve construção de ativos dentro do contrato de concessão.

6.4 Intangíveis decorrentes de contrato de concessão

A Companhia assinou, em 5 de dezembro de 1996, o contrato de concessão juntamente com a Prefeitura Municipal de Salto/SP (poder concedente). Nesse contrato estão acordados:

- A implantação, operação e manutenção de uma estação de tratamento de esgotos do tipo lodo ativado;
- Implantação, operação e manutenção de emissários, interceptores e estações elevatórias, complementando o sistema de coleta de esgotos existentes;
- Leitura de hidrômetros; processamento, emissão, notificação e cobrança de contas pelo serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto.

O prazo de concessão é de 300 meses, iniciando na emissão da primeira “Autorização de serviços”, a qual ocorreu em setembro de 2007, sendo assim, o prazo de concessão se encerra em setembro de 2032. O contrato de concessão estabelece direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público, e prevê que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela ARES-PCJ.

A taxa média de amortização linear comparativa está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Taxa de amortização do intangível	4,65%	4,65%

Teste de impairment do intangível

Para o período findo em 30 de junho de 2023, a administração não identificou fatores que pudessem indicar que os ativos intangíveis poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, não houve a necessidade de realizar um teste de impairment.

7 Direito de uso e passivo de arrendamentos

7.1 Direito de uso

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Direito de uso - Arrendamento	315	315
(-) Amortização do direito de uso - Arrendamento	(242)	(209)
	<u>73</u>	<u>106</u>

Síntese da movimentação do direito de uso

	<u>31/12/2022</u>	<u>Amortização</u>	<u>30/06/2022</u>
Direito de uso - Arrendamentos	106	(33)	73
	<u>106</u>	<u>(33)</u>	<u>73</u>

	<u>31/12/2021</u>	<u>Amortização</u>	<u>30/06/2022</u>
Direito de uso - Arrendamentos	156	(30)	126
	<u>156</u>	<u>(30)</u>	<u>126</u>

7.2 Passivo de arrendamentos

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante - Passivo de arrendamentos	86	84
Não circulante - Passivo de arrendamentos	7	51
	<u>93</u>	<u>135</u>

Síntese da movimentação do passivo de arrendamentos

	Saldo em 31/12/2022	Juros e Ajuste a Valor Presente	Pagamentos do Principal	Pagamentos de Juros	Saldo em 30/06/2023
Passivo de arrendamentos	135	3	(42)	(3)	93
	135	3	(42)	(3)	93

	Saldo em 31/12/2021	Juros e Ajuste a Valor Presente	Pagamentos do Principal	Pagamentos de Juros	Saldo em 30/06/2022
Passivo de arrendamentos	198	5	(36)	(5)	162
	198	5	(36)	(5)	162

Refere-se ao aluguel do prédio onde está localizado a área comercial. Foram registrados conforme IFRS 16 e CPC 06 R(02).

7.3 Fluxo de caixa descontado e créditos de tributos

A Companhia, em plena conformidade com o IFRS 16/CPC 06, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos de caixa a serem descontados, assim como os créditos de tributos, conforme vedação imposta pela norma demonstrado a seguir:

Fluxo de Caixa	30/06/2023		Fluxo de Caixa	31/12/2022	
	Nominal	Ajuste a Valor Presente		Nominal	Ajuste a Valor Presente
Contraprestação de arrendamento	93	3	Contraprestação de arrendamento	135	7
Crédito de PIS/COFINS potencial (9,25%)	9	0	Crédito de PIS/COFINS potencial (9,25%)	12	1
	102	3		147	8

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, são apresentados abaixo as comparações nas rubricas do passivo de arrendamentos, do direito de uso, da despesa de depreciação e da despesa financeira do período findo em 30 de junho de 2023 e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado dos arrendamentos, considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas:

Rúbricas	30/06/2023	2024
Passivo de arrendamentos		
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	93	44
Fluxo com projeção de inflação	93	57
Variação	0,00%	28,96%
Direito de uso líquido - Saldo final		
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	73	39
Fluxo com projeção de inflação	73	42
Variação	0,00%	0,00%
Despesa financeira		
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	(5)	(1)
Fluxo com projeção de inflação	(5)	(6)
Variação	0,00%	538,61%
Despesa de depreciação		
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	(11)	(39)
Fluxo com projeção de inflação	(11)	(47)
Variação	0,00%	20,22%

8 Fornecedores

	30/06/2023	31/12/2022
Fornecedores		
Outros fornecedores	166	320
Partes relacionadas		
Conasa - Serviços compartilhados (nota 5.2)	83	1.130
	249	1.450

9 Debêntures

9.1 Composição

	30/06/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures (3ª emissão)	9.300	23.685	8.389	28.313
	9.300	23.685	8.389	28.313

9.2 Movimentação

Saldo inicial em 1º janeiro de 2023	36.702
(-) Pagamentos do principal	(3.726)
(-) Pagamentos de juros	(2.931)
Provisão de juros	2.884
Amortização do custo de captação	56
Saldo final em 30 de junho de 2023	32.985
Saldo inicial em 1º janeiro de 2022	43.145
(-) Pagamentos do principal	(3.298)
(-) Pagamentos de juros	(3.015)
Provisão de juros	3.027
Amortização do custo de captação	56
Saldo final em 30 de junho de 2022	39.915

9.3 Terceira emissão de debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2019, foi deliberada e aprovada a terceira emissão de debêntures, públicas, escriturais e não conversíveis em ações, da espécie garantia real, compostas de uma única série, nas condições que constam da escritura de emissão.

A emissão foi de 55 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 55.000. A emissão das debêntures públicas, além do registro na CVM, foi registrada na ANBIMA – Associação Brasileira de Mercados Financeiro e de Capitais em 18 de dezembro de 2019.

A remuneração pactuada para as debêntures será de 100% de variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia “over extra-grupo” expressas de forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida de sobretaxa de 4% ao ano incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais, com vencimento todo dia 18 de cada mês, tendo como última parcela a data de 18 de dezembro de 2026.

9.4 Amortização da dívida com debentures

	<u>30/06/2023</u>
Vencimento em	
2023	4.650
2024	9.300
2025	9.300
2026	9.300
2027	435
	<u>32.985</u>

9.5 Condições Restritivas Financeiras – “Covenants”

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) inadimplemento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) decretação de falência pela emissora, (iii) vedação de distribuição de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações e juros sobre capital próprio; (iv) vedação de redução do capital social; e (v) vedação de emissão de ações e outros valores mobiliários. Os *covenants* financeiros foram medidos a partir do encerramento do exercício de 2020, que seu ICSD (Índice de Cobertura de Serviço da Dívida) deveria ser superior a 1,2 (um vírgula dois inteiros) e o índice de liquidez deveria ser superior a 1,00 (um inteiro), não podendo deixar de atender esses índices por 2 (dois) anos consecutivos ou por 3 (três) anos alternados.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021, a Companhia cumpriu com todos os covenants. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas, assim como os covenants financeiros, encerrando o exercício com índice de liquidez corrente de 0,99 (zero vírgula noventa e nove) e o ICSD de 0,99 (zero vírgula noventa e nove). A Companhia não obteve penalidade com vencimento antecipado no encerramento do exercício de 2022 por não cumprir com o índice de liquidez encerrando com número inferior a 1%, pois o vencimento antecipado se dará no não cumprimento dos índices em dois anos consecutivos, ou por 3 anos alternados. Como as medições são anuais, a Companhia não refez os cálculos dos índices em 30 de junho de 2023.

10 Encargos tributários a pagar

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Encargos tributários a pagar		
PIS a recolher	41	39
COFINS a recolher	187	177
Outros impostos	14	27
	<u>242</u>	<u>243</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda	866	834
Contribuição social	266	255
	<u>1.132</u>	<u>1.089</u>
Total	<u>1.374</u>	<u>1.332</u>

11 Impostos e contribuições parcelados

A Companhia mantém parcelamentos ordinários junto a Receita Federal, os quais foram realizados em 60 parcelas mensais com atualização pela taxa SELIC mensalmente. A Companhia não tem parcelamento ativo especial onde se beneficia de redução de juros e multas.

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante		
Parcelamento de PIS	63	60
Parcelamento de COFINS	288	274
Parcelamento de IRPJ	433	411
Parcelamento de CSLL	147	139
Parcelamento RFB	28	
Total	<u>959</u>	<u>884</u>
Não circulante		
Parcelamento de PIS	-	30
Parcelamento de COFINS	-	137
Parcelamento de IRPJ	330	518
Parcelamento de CSLL	120	184
Parcelamento RFB	106	
Total	<u>556</u>	<u>869</u>

12 Demais contas a pagar

A Companhia possui acordo com a autarquia do município de Salto, SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto, onde no contrato de concessão ela administra todo o serviço e faz o repasse somente do tratamento e distribuição de água, ficando com o valor da arrecadação do esgoto. Em 30 de junho de 2023, o valor a repassar sobre as arrecadações encerrou em R\$ 367 (R\$ 419 em 31 de dezembro 2022).

Demais contas a pagar	30/06/2023	31/12/2022
SAAE - Serviço Autônomo Agua e Esgoto	367	419
Outras contas a pagar	492	634
	859	1.053

13 Provisão para demandas judiciais

A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A administração acredita, baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para as ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia.

Em função das características dessas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes (referente substancialmente a demandas tributárias)

13.1 Composição por probabilidade de perda

Probabilidade de perda	Tributárias	
	30/06/2023	31/12/2022
Provável	900	699

13.2 Movimentação por probabilidade de perda:

	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	699	699
Provisões	201	201
Saldo em 30 de junho de 2023	900	900

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para possíveis processos em que exista expectativa de perda no âmbito tributário, referentes aos impostos de prestação de serviços continuados.

13.3 Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como possíveis, e para as quais nenhuma provisão foi reconhecida. Estes valores são avaliados e atualizados em uma periodicidade trimestral. Em 30 de junho de 2023, a Companhia possuía R\$ 21.613 referente ao processo de encerramento contratual mencionado abaixo (R\$ 5 em 31 de dezembro 2022) em processos civis e não há mais probabilidade de perdas possíveis em processos trabalhistas (R\$ 593 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia discute judicialmente a possibilidade ou não do encerramento contratual junto ao poder concedente (Prefeitura Estância Turística de Salto), onde a mesma notificou a Sanesalto para encerramento do prazo do Contrato de Concessão, sob o argumento da validade de Ordem de Serviço emitida em 1996, a qual, em combinação com o prazo contratual de 25 anos, encerraria o referido contrato em dezembro de 2021. A Companhia continua operando normalmente, considerando que há um aditamento contratual no qual o prazo de concessão se encerrará no 2º semestre de 2032. De qualquer forma, na defesa a Companhia enviou notificação de encerramento em janeiro de 2022. Não há, até o momento, de acordo com nosso melhor conhecimento, qualquer indício ou informação de que o Município de Salto esteja cumprindo as etapas prévias determinadas pela legislação para uma eventual retomada da concessão. A Administração da Companhia, corroborado com os vossos advogados, entende que não existe a possibilidade de perda do contrato de concessão.

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia encerrou em R\$ 50, totalmente subscrito e integralizado representando 50.341 (cinquenta mil trezentos e quarenta e um) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 28 de abril de 2023, através de assembleia geral extraordinária, foi aumentado, através da reserva de retenção de lucros, pela sua única acionista Conasa Infraestrutura S.A. em R\$ 5.303, representando 5.303.099 (cinco milhões, trezentos e três mil e noventa e nove) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. No encerramento do período findo em 30 de junho de 2023 a Companhia mantém saldo de R\$ 5.353 de capital social, representando 5.353.441 (cinco milhões, trezentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e quarenta e uma ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$ 1 (um real) cada.

Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	30/06/2023			31/12/2022		
	Capital Social	Número de ações	%	Capital Social	Número de ações	%
CONASA - Infraestrutura S.A.	5.353	5.353.441	100%	50	50.341	100%
	5.353	5.353.441	100%	50	50.341	100%

14.2 Reserva legal

A Companhia registrou a reserva de capital no valor de R\$ 10 referente ao resultado do exercício de 2022 que representa 20% do capital social da Companhia, conforme art. 193 da lei 6.404/76. A reserva legal referente ao período de 30 de junho de 2023 será realizada apenas no encerramento do exercício.

14.3 Reserva de retenção de Lucros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha saldo no valor de R\$ 5.303 de reserva de retenção de lucros superior ao seu capital social, o que estava em desacordo com o previsto no artigo 199 da Lei 6.404/76. A administração propôs para a assembleia geral extraordinária o aumento de capital social através do saldo da reserva de retenção de lucros, os quais foram aprovados por unanimidade em 28 de abril de 2023. Em 30 de junho de 2023 a Companhia não mantém saldos em reservas de lucros, porém mantém o saldo de R\$ 2.741 como lucros acumulados, os quais aguarda o encerramento do exercício para sua destinação.

14.4 Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Ao encerramento do exercício de 2022 foram provisionados dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 728 ainda não distribuído até a data findo em 30 de junho de 2023, porém já aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2023.

15 Receita líquida dos serviços prestados

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Receita bruta de serviços	18.865	13.997
Devoluções e cancelamentos	(23)	7
Impostos e contribuições	<u>(1.370)</u>	<u>(885)</u>
	<u>17.472</u>	<u>13.119</u>

16 Custos dos serviços prestados

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Custos com materiais e insumos na operação	(1.244)	(1.282)
Mão de obra na operação	(524)	(487)
Custos com serviços de terceiros na operação	(1.104)	(834)
Amortização do intangível	<u>(1.692)</u>	<u>(1.691)</u>
	<u>(4.564)</u>	<u>(4.294)</u>

17 Despesas gerais e administrativas

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Pessoal	(796)	(644)
Aluguéis e locação	(22)	(21)
Serviços administrativos compartilhados	(2.431)	(2.445)
Honorários advocatícios	(427)	(458)
Honorários de consultorias e auditorias	(744)	(612)
Depreciação	(15)	(15)
Amortização direito de uso	(33)	(30)
Despesas com viagem	(25)	(27)
Despesas com Informática	(54)	(44)
Impostos, taxas e contribuições	(183)	(398)
Publicação de balanços	(40)	(19)
Outras despesas	(134)	(111)
	<u>(4.904)</u>	<u>(4.824)</u>

18 Despesas comerciais

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Despesas com pessoal	(187)	(164)
Perdas de créditos de liquidação duvidosa	(22)	67
Despesas com informática	(145)	(135)
Outras despesas comerciais	(81)	(81)
	<u>(435)</u>	<u>(313)</u>

19 Resultado financeiro

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Receitas Financeiras		
Receitas com juros	199	176
	199	176
Despesas Financeiras		
Juros e demais encargos sobre debêntures	(2.884)	(3.026)
Juros sobre arrendamentos	(3)	(5)
Outros juros e multas	(11)	(18)
Juros sobre parcelamentos de impostos	(86)	(104)
Amortização de custo de captação	(56)	(56)
Comissões e despesas bancárias	(122)	(135)
	<u>(3.162)</u>	<u>(3.344)</u>
Resultado financeiro	<u>(2.963)</u>	<u>(3.168)</u>

20 Instrumentos financeiros

Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização. O valor justo dos instrumentos financeiros, se aproxima do contábil no encerramento do período, motivo que só estão apresentados abaixo os valores contábeis, demonstrados a seguir:

		30/06/2023	31/12/2022
	Categoria	Valor contábil	Valor contábil
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1.846	1.232
Contas a receber	Custo amortizado	5.400	5.701
Partes relacionadas	Custo amortizado	5.763	6.869
Títulos de valores mobiliários	Custo amortizado	3.336	2.939
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	249	1.450
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	93	84
Debêntures	Custo amortizado	32.985	36.702

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

a. Risco de mercado

- Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, assim como as debêntures, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

A administração considerou o risco de aumento do DI em dois cenários, no cenário I considerou como projeção aumento de 25% e no cenário II queda de 50% nos juros.

Transações	Risco	Saldo em 30/06/2023	Cenário Provável	Projeção de mercado				
				Cenário I	Cenário II			
Passivo financeiro								
Debêntures	Aumento DI	32.985	10,06%	36.303	12,58%	37.133	15,09%	37.962
Exposição líquida			(3.318)	(4.148)	(4.977)			

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

- Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

b. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Vide nota explicativa 4.1.

c. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial, revisão tarifária.

21 Resultado por Ação

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro básico por ação:

	30/06/2023	30/06/2022
Lucro líquido do exercício	2.741	391
Média ponderada de ações em circulação	3.387.002	50.341
Resultado por ações - básico - R\$	0,8093	7,7670

- Diluído: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias. A Companhia só possui uma classe de ação ordinária e não há ações ordinárias potenciais diluidoras ou opções que pudessem converter as ações preferenciais em ordinárias, portanto, o valor do lucro por ação diluído é igual ao básico.

30/06/2023		30/06/2022	
Quantidade de ações	Avos	Quantidade de ações	Avos
50.341	04/06	50.341	06/06
3.353.441	06/06	-	-
Média ponderada de ações	3.387.002	Média ponderada de ações	50.341
Lucro básico por ações (em reais)	0,8093	Lucro básico por ações (em reais)	7,7670

22 Imposto de Renda e Contribuição Social

Para o exercício de 2023 a administração da Companhia decidiu manter o regime tributário de Lucro Real. Em 30 de junho de 2023 o imposto de renda e contribuição social apuradas foi de R\$ 1.117 e R\$ 406 respectivamente (R\$ 146 e R\$ 39 respectivamente no mesmo período de 2022). A Companhia reconheceu os tributos diferidos em 31 de dezembro de 2022 apenas da Base Negativa da CSLL no valor de R\$ 469. A administração da Companhia mantém o controle do saldo da base negativa da CSLL que encerrou período com R\$ 342 para que seja utilizado nos exercícios futuros.

A seguir demonstramos o resumo da apuração com alíquota efetiva de 2023 no regime de lucro real para o período de 6 meses findo em junho.

LUCRO REAL	30/06/2023	30/06/2022
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	4.265	576
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - Calculados a alíquotas nominais	(1.450)	(196)
Despesas Indedutíveis (adições/exclusões)	(74)	11
Imposto de Renda e Contribuição Social Apurados	(1.524)	(185)
IRPJ e CSLL Correntes	(1.577)	(202)
IRPJ e CSLL Diferidos	53	17
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(1.524)	(185)
Alíquota efetiva	36%	32%

23 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é salvaguardar a capacidade de continuidade das suas operações e oferecer retorno aos acionistas e demais partes interessadas.

A Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, entre outros. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A estrutura de capital da Empresa é bastante conservadora.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 podem ser assim sumariados:

	30/06/2023	31/12/2022
A - Total de Debêntures e passivo de arrendamento	32.985	36.702
B - (-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários(nota 3)	1.846	4.171
C = (A - B) - Dívida líquida	31.139	32.531
D = Total do patrimônio líquido	8.104	5.363
E = (C + D) - Capital total	39.243	37.894
C/E = Índice de alavancagem financeira	79,3%	85,8%

24 Seguros

A Companhia possui seguro de compreensivo empresarial para danos materiais e lucros cessantes, da Estação de Tratamento de Esgoto, do Prédio Comercial, além de 11 estações de elevatórias de esgotos, com vigência de 04/09/2022 a 04/09/2023.

Abaixo, estão apresentados os valores em risco:

	Valor em risco	
	Danos materiais	Lucros cessantes
Estação de tratamento de esgoto e elevatórias	27.500	3.000
Prédio comercial	1.050	
	28.550	3.000

Demonstramos a seguir, o limite máximo de indenização:

Cobertura	Limite máximo de indenização
Incêndio, raio e explosão	11.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça	500
Danos elétricos	1.200
Danos materiais	130
Roubo e/ou furto qualificado de bens	100
Impacto de veículos terrestres	500
Alagamento / inundação	100
Salvamento, limpeza e/ou desentulho	20
Tumulto, greve, lock-out	20
Perda ou pagamento de aluguel	30
Lucros cessantes	3.000
	16.600

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações financeiras, e consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

25 Informações por segmento

a. Base para segmentação

A Companhia possui um único segmento operacional, o qual consiste na exploração, na qualidade de concessionária, implantação e operação dos serviços públicos municipais de coleta, tratamento e destino dos esgotos sanitários do Município de Salto – SP.

26 Outros assuntos

Em conformidade com o artigo 27 § 1º, Incisos V e VI da Instrução CVM nº 80/22, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovam as demonstrações contábeis da Companhia e o relatório dos auditores independentes.

* * *

Claudio R. de Leoni Ramos
Diretor Administrativo/Financeiro

Isaac do Nascimento
Contador PR 043806/O-1